

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Foi hoje noticia, em vários órgãos de comunicação social, de que estão em falta enfermeiros para garantir a segunda fase de vacinação, que arranca em abril.

Para poder passar da média atual de 20 mil inoculações por dia para cerca de 60 mil em abril e mais de 100 mil em maio e junho, estão a ser planeadas, pela task force, a abertura de mais de 150 centros de vacinação preparados para arrancar assim que as doses começarem a chegar a Portugal.

Contudo, os profissionais já vieram alertar que, se os recursos humanos não forem reforçados, não será possível assegurar este ritmo de vacinação. Perante esta situação de escassez de recursos humanos, importa lembrar a realidade atualmente vivida pelos enfermeiros e os impactos que a mesma irá ter na capacidade de vacinação.

Várias estruturas sindicais já alertaram o Governo para o facto de terem sido estabelecidos 1.833 contratos com enfermeiros que, por serem a termo certo, estão em risco de despedimento.

Estamos a falar de milhares de enfermeiros em risco de serem despedidos, mesmo depois de terem reforçado o Serviço Nacional de Saúde, reforço esse que foi essencial para garantir a sustentabilidade do mesmo no pico da 3ª fase da pandemia.

Para além do óbvio desrespeito por estes profissionais, é completamente inaceitável que, depois de meses a servir o SNS, estes enfermeiros sejam agora descartados, com a agravante de colocar em causa a capacidade de vacinação do país e os futuros desafios, decorrentes, ou não, da pandemia, como é o caso da retoma da atividade normal.

Para o Bloco de Esquerda estes profissionais devem continuar a reforçar o SNS e com vínculos laborais efetivos. Por isso mesmo, o Bloco de Esquerda apresentou, no início de fevereiro, um Projeto de Lei para a contratação definitiva de profissionais do Serviço Nacional de Saúde com

vínculos precários, mas que foi rejeitado com votos conta do PS, PSD e CDS-PP e a abstenção do IL e do Chega. A precariedade destes profissionais não é aceitável e o Governo deve corrigir esta situação de forma a garantir o respeito pelos enfermeiros e o cumprimento das metas de vacinação.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo intenção de alterar a legislação existente de forma a garantir que os profissionais contratados de forma precária são integrados nos quadros do SNS?
2. Tem a tutela condições de garantir ao Bloco de Esquerda de que as metas de vacinação não estão em causa devido à falta de enfermeiros?

Palácio de São Bento, 24 de março de 2021

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)